


Mulheres negras do Sul Catarinense: os sentidos atribuídos a suas vivências de escolarização


Gabriela Pereira Vidal

Centro Universitário Barriga Verde, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-4382-0845>
gabrielavidaal@gmail.com


Fernanda Zanette de Oliveira

Centro Universitário Barriga Verde, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-3420-571X>
fernanda.oliveira@msn.com

Janaina Damasio Vitorio

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-7285-8861>
jdv@unescc.net

Fabia Alberton da Silva Galvane

Centro Universitário Barriga Verde, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-7344-214X>
biagalvani@hotmail.com

Introdução

Esta pesquisa diz respeito aos sentidos subjetivos que mulheres negras atribuem ao seu processo de escolarização, visto que o Brasil pode ser considerado um país marcado historicamente pelas desigualdades nos seus diversos aspectos, como, raciais, de classe social e de gênero. O intuito de problematizar tais desigualdades caminha no sentido de fugir às naturalizações, e, portanto, evidenciá-las para então, modificá-las.

Em meio a este cenário, aponta-se o ambiente escolar como um espaço importante no qual as desigualdades podem perpassar as histórias de vida, desde as idades mais tenras até os níveis mais elevados de ensino (SILVA, 2017; CRISOSTOMO, REIGOTA, 2010; CARNEIRO, 2015; HENRIQUES, 2017). Quanto ao Ensino Superior, podemos destacar os enfrentamentos vivenciados por mulheres negras quanto ao acesso e a permanência, visto que concorrem com outras pessoas com mais recursos e privilégios. Também ocorre o sentimento de não pertencimento ao espaço acadêmico, que se constituiu como local destinado a homens brancos e com bom poder aquisitivo, reforçando uma ideia de supremacia masculina e de preconceito de classe (DAVIS, 2016).

Neste sentido, no Brasil surgiram por volta dos anos 1970 as discussões do movimento feminista e do movimento negro, buscando o direito à democracia e o fim das desigualdades sociais. Em ambos os grupos, a mulher negra não se encontrava contemplada em suas lutas, visto que no movimento feminista havia diferenças entre as pautas e vivências de mulheres brancas e negras e no movimento negro, diferenças entre enfrentamentos de homens negros e mulheres negras. Pleiteando um espaço e visibilidade para suas demandas sociais, as

mulheres negras participantes nesses dois movimentos, percorreram um caminho de busca de direitos e iniciaram a construção de um movimento autônomo de mulheres negras (RIBEIRO, 1995).

Deste modo, o objetivo do estudo foi conhecer os sentidos subjetivos atribuídos ao processo de escolarização por mulheres negras de um município do sul catarinense. O estado de Santa Catarina possui um dos menores índices de mulheres negras do país de acordo com o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, realizado pelo IPEA (2018). Este documento pontua que os dados se referem a uma agregação das categorias pretos e pardos, formando uma categoria de negros, para uma melhor comparação de variáveis como educação, saúde e outros aspectos. Por esse motivo, os dados aqui mencionados quanto à população serão trabalhados de uma mesma forma. Os dados demográficos da região sul, quanto ao número de mulheres brancas e negras, contrapõem-se os dados referentes à população de mulheres nacional, sendo que o número de mulheres negras (55.613.764) é maior que o de mulheres brancas (48.926.555). Quanto à distribuição de mulheres negras nas grandes regiões brasileiras, a região sul é que possui o menor número de mulheres negras, correspondendo a 6% (3.180.501) da população geral, conforme gráfico abaixo:

Não podemos considerar que mulheres negras sejam retratadas como minoria, visto o número considerável de mulheres que se auto-declaram negras no Brasil. Porém quando visualizamos a distribuição destas mulheres por região, vê-se que na região sul são representadas como minoria populacional.

Trata-se de uma pesquisa de campo, de cunho exploratório, qualitativa, tendo base a perspectiva epistemológica de pesquisa qualitativa proposta por Fernando González Rey. O estudo qualitativo é uma busca e explicação de “processos que não são acessíveis à experiên-

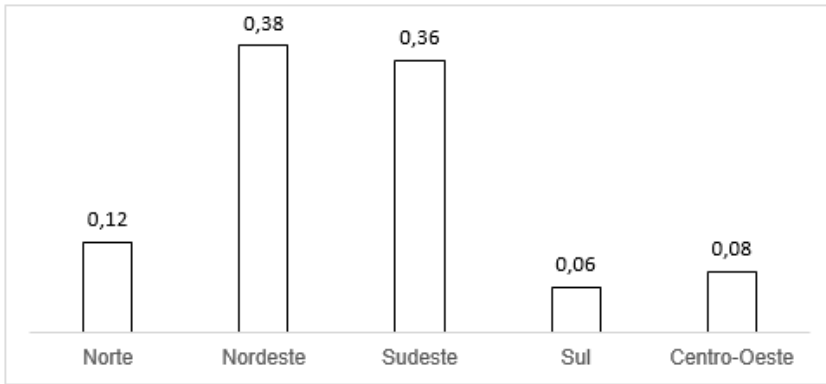


Gráfico 1: Distribuição das mulheres negras no Brasil

Fonte: Ipea (2018).

cia” (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 50), que existem em inter-relações complexas e dinâmicas que exigem um estudo integral para uma compreensão das expressões humanas.

A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa (Parecer 2.797.219 02 de 0020 agosto de 2018). As entrevistas foram gravadas mediante a autorização das participantes e transcritas. A análise envolveu a leitura detalhada das transcrições, visando identificar indicadores que possibilitassem a construção de zonas de sentidos. A elaboração de zonas de sentido consistiu em uma etapa intuitiva e interpretativa do contexto em que emerge as falas das sujeitas. Esta etapa somente é possível devido ao conhecimento prévio da teoria pelas pesquisadoras e retrata os elementos de sentidos e significados compartilhados pelos sujeitos que agem em um espaço social, podendo ser perceptível por meio da subjetividade individual que se relaciona a uma subjetividade social, que se dá por uma interação dialética (GONZÁLEZ REY, 2002).

Quanto à caracterização das entrevistadas, participaram da pesquisa dez mulheres que se autodeclararam negras, associadas à As-

sociação Movimento Afro Negro Braçonortense, com idade acima de 18 anos. O critério de idade foi estabelecido devido ao fato desta idade ser aproximada ao final do Ensino Médio, e o número de entrevistadas obedeceu aos critérios de saturação informativa (GIL, 2008).

Tabela 1: Tabela 1: Caracterização das entrevistadas

	Idade	Escolaridade	Escolaridade dos pais	Profissão
E1	64	Ens. Fundamental Completo	Não estudaram	Aposentada
E2	44	Ens. Médio Completo.	Não estudaram	Operadora de máquina de molduras
E3	55	Ens. Fundamental Completo	Não estudaram	Auxiliar de Limpeza
E4	45	Cursando Ensino Médio (EJA)	Não estudaram	Doméstica
E5	48	Ens. Fundamental Completo	Não estudaram	Cozinheira
E6	25	Pós-graduanda	Não chegam ao ensino médio	Enfermeira
E7	40	Pós-graduada	Pai: Ens. Primário Completo Mãe: Ens. Fundamental Compl.	Assistente de educação
E8	29	Ens. Superior Completo	Pai: Ensino Primário Completo Mãe: Ens. Fundamental Compl.	Advogada
E9	61	Ens. Fundamental Completo	Mãe: Não estudou Pai: Ensino primário incompleto	Aposentada
E10	19	Ens. Superior Incompleto	Pai: Ens. Fundamental Completo Mãe: Ensino médio completo	Estilista Têxtil

Fonte: pesquisa das autoras, 2018.

A idade das entrevistadas foi de 19 a 64 anos de idade. Quanto à escolaridade, 4 possuíam Ensino Fundamental completo, 1 possuía Ensino Médio em andamento, 1 Ensino Médio completo, 1 Ensino Superior incompleto e 3 Ensino Superior completo, sendo que destas uma faz pós-graduação e outra já é pós-graduada. No que se refere à escolaridade também é importante ressaltar que 4 destas mulheres cursaram ou cursam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para concluir parte dos estudos. Quanto à escolaridade dos pais das entrevistadas é possível perceber que a maioria tem baixa ou nenhuma escolaridade.

Metade dessas mulheres trabalha/trabalhou em atividades que exigem pouca ou nenhuma instrução e com baixa remuneração. De acordo com Jones (2017, p. 1005) “a baixa escala de rendimentos que a mulher negra recebe está diretamente relacionada à sua quase completa exclusão da maioria das áreas de trabalho, exceto as mais servis e mal pagas, nomeadamente o trabalho doméstico”.

As entrevistadas também se concentram em faixas geracionais distintas, 19 a 64 anos, e a baixa escolaridade dos pais é um dado para todas elas. Desta forma, a amostra reforça a ideia de diferença de oportunidades, visto que pela baixa escolarização delas ou dos pais, em geral as mulheres também vêm ou são de baixa classe social.

Mulheres negras: intersecção raça e gênero

Por volta da década de 1970, no Brasil, surgiram os movimentos feminista e negro, buscando a igualdade, a conquista pela cidadania e democracia. Porém as demandas das mulheres negras não diziam respeito em sua totalidade a nenhum desses dois movimentos. Havia diferenças sociais, econômicas, culturais, identitárias e afetivas diferentes da mulher branca feminista e do homem negro. Traçando um

caminho de conscientização acerca de sua importância histórica, iniciaram um caminho de construção de um movimento autônomo de mulheres negras (RIBEIRO, 1995).

Neste trabalho, para pautar o feminismo é necessário dialogar sobre o feminismo negro. Ribeiro (2017) retoma o discurso de Sojourner Truth na Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos EUA: *E eu não sou uma mulher?* que evidenciou o grande dilema que o feminismo hegemônico. Para Truth, a hegemonia no movimento feminista ocorre quando existe a universalização da categoria mulheres, tratando como uma só pauta, sem levar em conta as outras intersecções, como raça, orientação sexual, identidade de gênero. O discurso de Truth e histórias de resistências de outras mulheres negras nos faz perceber que o debate já vinha sendo feito, desde antes do período escravocrata, e que a principal questão desta discussão recai sobre a falta de visibilidade.

[...] Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, por que você me impediria de completar a minha medida?

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. [...] (RIBEIRO, 2017, p. 20-21)

O feminismo é um movimento que busca mudança acerca das diferenças, desigualdades e opressões que mulheres vivenciam. Alves e Pitanguy (1985) afirmam que conscientizando-se de que as relações interpessoais têm um componente de poder e de hierarquia, o feminismo busca superar as formas tradicionais de organização social permeadas por diferenças e autoritarismo. Dessa forma:

o feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades ‘masculinas’ e ‘femininas’ sejam atributos do ser humano em sua globalidade (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 9).

A autora clássica dos estudos feministas, Simone de Beauvoir (1970) transcende a ideia de uma essencialidade feminina e compreende a mulher, no âmbito social e cultural como um “fazer-se”. Um ser que toma consciência de sua feminilidade na sociedade em que é membro, se constituindo subjetivamente no tempo histórico em que se insere caracterizado por questões culturais e relações interpessoais específicas. Beauvoir (1967, p. 9) resume essa construção em sua frase ilustre, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”; e esse tornar-se, é diferente para cada mulher, pois relaciona-se ao seu entendimento de feminilidade.

Desde os primeiros movimentos feministas organizados, até os dias atuais, é possível apontar importantes conquistas: direito ao voto, direito a educação formal, ao trabalho, direitos reprodutivos. Entretanto, vale destacar que o movimento feminista, assim como suas lutas, é tão diverso quanto as mulheres que tenta representar. E foi justamente com o objetivo de romper com uma essência de mulher, assim como demonstrar que as desigualdades – entre homens e mulheres e entre mulheres de diferentes classes, etnias e raças – se dá por longos processos culturais e históricos que o termo “gênero” passou a ser utilizado como uma importante categoria de análise entre feministas historiadoras (SCOTT, 1995). Para esta autora, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Guacira Lopes Louro (1995) analisando o estudo de Scott quanto ao conceito de gênero, resume da seguinte forma:

Ser do gênero feminino ou do gênero masculino leva a perceber o mundo diferentemente, a estar no mundo de modos diferentes – e, em tudo isso, há diferenças quanto à distribuição de poder, o que vai significar que o gênero está implicado na concepção e na construção do poder (LOURO, 1995, p. 106).

Com esse conceito, Scott inicia a discussão no meio acadêmico e insere o gênero como um elemento da história, fazendo surgir um olhar realmente visível a grupos que até então eram escondidos nos estudos tradicionais (LOURO, 1995). Scott é quem também trouxe à discussão a ideia de que classe e raça deveriam ser unidas ao gênero nas pesquisas, ampliando ainda mais a discussão acerca das desigualdades nas relações de poder (CARNEIRO, 2015).

Para a mulher negra, é diferente. De acordo com Ribeiro (2017,

p. 35), “existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções”, ou seja, a mulher é pensada sempre em comparação ao homem, um outro que não é homem. Mas para a mulher negra, isso é ainda pior, já que por não serem nem brancas e nem homens, o contrário de branquitude e masculinidade, um outro do outro (KILOMBA, 2012). A ideia de branquitude de acordo com Bento (2003a) foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira que considera o branco como um padrão de referência da espécie, onde tudo aquilo que não está neste padrão, não é bom o suficiente.

Outro conceito importante nesta pesquisa é o de raça. A raça é uma categoria socialmente construída através de características físicas, referências sociais, culturais e históricas que influencia, interfere e até mesmo delimita a posição dos sujeitos e as relações de poder envolvidas (CARNEIRO, 2015; BARRETO, 2005). Assim como gênero, a raça é um marcador social que pressupõe uma caracterização identitária que situa os sujeitos em espaços sociais marcados por relações de poder e marginalização.

[...] o racismo brasileiro é muito eficaz. Seu funcionamento não pode ser aferido, não teria um padrão, não é palpável nem evidente... A perversidade do racismo está dissimulada nos argumentos jurídicos que escondem os conflitos e os transformam no que o juiz denomina de deselegante, falta de provas... E sugere que tudo seja transformado em um pedido de desculpas (SANTOS, 2013, p. 181).

Nessa mesma discussão, cabe citar a ideia de branqueamento, algo que é sempre voltado como um problema dos negros e não dos brancos, onde “descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais” (BENTO, 2003b, p. 25). Há uma falta de reflexão acerca do papel do branco perante as desigualdades raciais, destacando como um problema apenas do negro que é sujeito de uma

dessas desigualdades. Quando evita-se incluir o branco nestas reflexões, evitamos a discussão referente aos privilégios dessa brancura (BENTO, 2003b). Essas diferenciações, racial e de gênero colocaram e colocam a mulher negra em situação de vulnerabilidade nos diversos contextos e situações.

A realidade vivenciada pelas mulheres negras em grande parte dos países do continente americano envolve a intersecção de dois marcadores sociais importantes: raça e gênero; o que, no Brasil as situa em um estrato social diferente do homem branco. Quanto à raça, no contexto das ciências sociais, a discussão é relevante por fazer parte da construção das sociedades modernas, que buscavam a branquitude. Em decorrência disso, até hoje, negros e negras, assim como outros grupos não brancos, ainda encontram dificuldades em adentrar a espaços antigamente vistos como vinculados apenas à população branca (FELIPE, TEYURA, TEIXEIRA, 2015). No que se refere ao gênero, o feminismo contemporâneo busca também uma igualdade entre homens e mulheres, onde as diferenças entre sexo não resultem em relações de poder nos diversos contextos sociais (ALVES, PITANGUY, 1985).

Nesse sentido se faz necessária a visão da interseccionalidade, para compreender as diferenças da mulher negra, sendo essa uma categoria voltada à multiplicidade de diferenças que se dão em conjunto no indivíduo perante a sociedade. Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) define a interseccionalidade como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Ainda segundo Crenshaw (2002, p. 171), “as discriminações de raça e de gênero não são fenômenos mutuamente excludentes[...]”, a proposta se insere em uma segmentação provisória que auxilie na identificação das formas

de subordinação e os efeitos das discriminações que envolvam estes dois marcadores – raça e gênero.

Moore (2000, p. 16) aponta que:

Em um momento, o racial pode ter prioridade sobre o sexual, e em outro a etnicidade pode ser a diferença definidora. O que é claro é que essas formas da diferença estão mutuamente imbricadas, e que, embora possamos falar de prioridades ou determinações entre conjuntos de diferenças, devemos estar cientes de que elas nunca poderão ser cabalmente separadas entre si.

A subjetivação dessas mulheres vai se constituindo marcada pelas experiências em ser mulher e ser negra, porém mesmo que em alguns momentos essas experiências estejam relacionadas a uma coisa ou a outra, há uma intersecção dessas duas características.

A escolarização das mulheres negras no Brasil

O direito a educação formal foi (e ainda é) uma das principais pautas defendidas pelos movimentos feministas. No Brasil, a história de educação formal se deu, inicialmente, com forte influência da igreja católica. Mesmo após a proclamação da república, momento onde havia fervorosas discussões acerca do alinhamento ou não do Brasil às exigências da modernidade, o conservadorismo vigente considerava que o baixo nível de escolarização das mulheres era positivo para a manutenção e proteção da família (SAFFIOTI, 2013). Mesmo na instauração da República, quando foi possível desvincular a educação formal da igreja, o Estado não possibilitou a elaboração de políticas de educação que visassem à transformação social.

À conservação do mesmo estilo de ensino superior, bacharelado e alheio aos problemas nacionais, herdado do Império, adicionou-se a manutenção de ensino secundário mais aquisitivo do que formativo,

voltado para superior e privilégio das camadas abastadas (SAFFI-OTI, 2013, p. 303).

Nesse sentido, é impossível problematizar a questão do acesso à educação formal no Brasil sem situar a os marcadores de classe social, gênero e raça. As mulheres negras no Brasil, após a institucionalização da Lei Áurea¹, ainda sofriam dupla discriminação por serem mulheres e negras, por esse motivo, foram negados a elas direitos sociais simples como a escolarização. Assim as mulheres brancas entravam no mercado de trabalho formal já escolarizadas, enquanto as mulheres negras não tinham esse benefício, interferindo diretamente nos postos de trabalho acessados, posto que, pela baixa escolarização, as mulheres negras acabavam realizando trabalhos precarizados, como serviços domésticos, enquanto as mulheres brancas tinham mais acesso a trabalhos diferenciados e com melhor remuneração. Atualmente, algumas dessas mulheres, por meio da escolarização, vêm gradativamente rompendo barreiras e conseguindo alcançar espaços que antes eram inacessíveis (RIBEIRO, 2017; PEREIRA, 2010).

De acordo com Carneiro (2015, p. 87):

O desafio da educação na atualidade é a articulação entre a educação escolar e os processos educativos que se dão fora da escola, nos movimentos sociais, nos espaços culturais, nos diversos grupos que se configuram na sociedade, nos processos políticos e tantos outros que formam e informam a sociedade.

É evidente que a educação necessita de mudanças quanto à forma de encarar as diferenças, já que estas são vistas atualmente como um “complexo espaço em que as desigualdades se encontram e se reproduzem, sendo também um espaço de construção e reconstrução de

1. Lei Imperial n. 3.353 de 13 de maio de 1888 que extinguiu a escravidão no Brasil.

hierarquias de gênero, raça, econômicas, políticas, sociais e culturais” (CARNEIRO, 2015, p. 87).

De acordo com o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (IPEA, 2018), a média de anos de estudo das mulheres negras no Brasil em 2015 era de 7,7 anos, sendo que a mesma média de anos das mulheres brancas foi de 9,1. Novamente nestes dados percebe-se a desigualdade na escolarização de mulheres brancas e negras, visto que as mulheres negras tiveram um atraso em relação ao ingresso nos cursos superiores, quando comparadas às mulheres brancas.

É importante retomarmos de que forma ocorreu esse ingresso. Na década de 1990, a luta do movimento negro ganhou um novo olhar para ações afirmativas, com a retomada das ações pré-vestibulares comunitárias no Rio de Janeiro e na Bahia. Essas ações passaram a recrutar e qualificar trabalhadores negros e carentes para o exame e para a militância negra, buscando a democratização da educação superior pública no Brasil (HENRIQUES, 2017). Dessa forma, a Educação Superior negada por tanto tempo à população negra, em especial a mulher negra, passa a estar mais próxima, principalmente da juventude que assistiu à geração anterior de seus pais ter esse acesso negado. Mas, somente depois de dez anos da instauração de ações afirmativas e das lutas do Movimento Negro é que o Governo Federal, por meio da Lei nº 12.711/12, implantou de forma oficial uma política de cotas nas Universidades Federais do Brasil. Essa legislação reserva 50% das vagas de Educação Superior e profissional tecnológica para candidatos que tenham cursado o Ensino Médio e fundamental em escolas públicas e/ou consigam a certificação do Ensino Médio através do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (HENRIQUES, 2017).

De acordo com Cordeiro (2013), o acesso, a permanência e o sucesso no Ensino Superior, configura uma mobilidade social, ofere-

cendo um novo status na vida destas mulheres e possibilitando mais avanços e crescimentos nesse sentido.

A família também pode representar um grande enfoque quanto à escolarização, incentivando ou não essas mulheres a continuarem os estudos. Como representa a pesquisa realizada por Silva (2017), na qual a entrevistada relata ter tido acesso a narrativas sobre racismo e desigualdades no contexto doméstico e fora dele, mas sempre com o apoio da família perante sua escolarização. Mesmo não tendo um poder absoluto em relação às escolhas do indivíduo, a visão familiar pode ter alguma influência.

Tornar-se negra no sul do Brasil: constituição da identidade frente aos enfrentamentos

Os marcadores sociais gênero e raça relacionam-se diretamente à constituição subjetiva e identitária de mulheres negras e retratam a forma como são vistas e se relacionam socialmente. Ambas as características estão interligadas nesta mulher, tornando difícil uma separação de até onde os enfrentamentos ocorrem por ser mulher ou por ser negra (MOORE, 2000). A entrevistada 8, em seu relato, expõe que apesar de possuir os requisitos para estar atuando como advogada na cidade, sua competência chegou a ser questionada por clientes.

Entrevistada 8: aqui da cidade eu fui a primeira né, mulher, negra e advogada que atuou efetivamente na comarca, que abriu escritório sozinha, então... a minha primeira experiência de trabalho como advogada que foi em um outro escritório, teve um cliente que me questionou se eu era boa o suficiente pra tá ali naquela vaga, porque, ele né, como? Eu surgi, de repente em um escritório maior, um quadro de quinze advogados, e de repente surgiu uma advogada negra, então ele questionou se eu era boa o suficiente pra tá ali naquela vaga, se eu ia dar conta de atender ele.

Este relato se deu em um momento da entrevista em que foi perguntado o quanto ela percebia a interferência dos marcadores sociais gênero e raça em seu cotidiano.

Algumas entrevistadas também trouxeram a classe social como algo relevante no que se refere à percepção de outras pessoas sobre elas. A escola apareceu nas falas como um espaço em que preconceitos e discriminações, por pertencerem a classes sociais mais pobres, foram bastante marcantes. Na cidade estudada, foi relatado que por muito tempo existiram apenas escolas públicas em que pessoas de diferentes classes sociais estudavam e conviviam juntas.

Entrevistada 5: ...então lá era rico, era pobre, era tudo lá misturado, mas tinha, querendo ou não tinha o preconceito pra cima da gente né, a gente tinha que ter o espaço mas brigando, ah, porque brigava, porque brigava no colégio, se não brigasse não teria teu espaço. Ai na época eu lembro que a gente ia pro colégio, a gente não tinha sapato né, não tinha sapato, não tinha mochila, ai nós quando ganhava assim uma conga, um tênis da patroa da mãe da gente, a gente ia descalça até lá pra botar, pra não gastar. Na hora de apostar corrida na educação física nós sempre perdia, nós tava naquele arião e descalça, elas tudo de tênis. Tinha bastante desse tipo assim né.

Nos estudos de Crenshaw (2002, p. 177), a autora menciona que a interseccionalidade diz respeito justamente sobre a forma como “[...] o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”. As diferenças de condições para participar de forma igualitária em atividades da escola foram também evidenciadas pela entrevistada 5, quando ela trouxe que nas aulas de educação física, já que ela estava sempre descalça ao apostar corrida e “elas” (colegas brancas e ricas) estavam de tênis.

A cidade estudada está situada em uma região de colonização europeia, portanto, a maioria das entrevistadas também relatou ter estudado com pouquíssimos colegas negros.

Entrevistada 3: A gente estudava muito no meio de alemão naquela época, eu né, tem que falar por mim né. Que era uma escolinha lá no meio dos alemão, a gente se sentia meia excluída, não tinha muita liberdade pra conversar, pra fazer amizade, nem nada.

Entrevistada 9: ...lá a gente tinha bastante dificuldade, porque era uma colônia de italiano e era só eu e a minha prima de negro...

De acordo com Leite (1996), a maioria das pesquisas mostra a especificidade da região Sul do Brasil quanto aos descendentes de africanos.² Esta autora aponta que na literatura sobre o estado encontram-se muitas ideias positivistas acerca do porquê disto, mas que muitos são mitos construídos sobre a relação mais igualitária com o escravo, onde senhores trabalham lado a lado com o escravo negro, etc. De acordo com a autora, mitos assim são uma forma de justificativa para o esquecimento, para a aceitação da desigualdade (LEITE, 1996).

Diante de todas as vivências descritas, algumas entrevistadas transpareceram sentimentos de autodepreciação. A Entrevistada 1, por exemplo, atribuiu sua incapacidade intelectual ao fato de não ter dado continuidade aos estudos “...mas a gente, a cabeça da gente é meia fraca.” (Entrevistada 1).

Já a entrevistada 5 relatou um sentimento de inferioridade em relação às colegas devido às características pessoais, que denotam inclu-

2. São duas especificidades apontadas por Leite (1996) no que se refere a contribuição dos descendentes africanos no Sul do Brasil: a primeira diz respeito a presença rara ou até mesmo insignificante do negro, que é atribuída a ausência de uma necessidade de mão de obra escrava como base para exportações, diferente do que ocorreu em outras regiões do Brasil; a segunda pressupõe que ocorriam relações mais democráticas e igualitárias em alguns tipos de atividade que careciam da mão de obra de negros e brancos.

sive um abismo de classes sociais. “...às vezes a gente ah... porque se sentia inferior porque elas tava mais arrumadinha e a gente não né, eu acho que era isso.” (Entrevistada 5).

O sentimento de inferioridade em mulheres negras precisa ser compreendido em uma dinâmica mais abrangente que problematize a forma que sua constituição identitária se dá frente ao enfrentamento de uma série de preconceitos. Uma ideia similar é discutida por Bento (2003a) que apontam o lugar de referência que o branco ocupa na sociedade atual, como se o outro que é diferente deste branco fosse inferior:

Ou bem se nega a discriminação racial e se explica as desigualdades em função de uma inferioridade negra, apoiada num imaginário no qual o “negro” aparece como feio, maléfico ou incompetente, ou se reconhece as desigualdades raciais, explicadas como uma herança negra do período escravocrata (BENTO, 2003b, p. 41).

Muitas destas mulheres, justamente pela intersecção com a classe social tiveram ou escolheram deixar de estudar para trabalhar. Este ingresso no mundo do trabalho por mulheres negras se dá geralmente de forma precoce e precarizada, como no relato da Entrevistada 9: “A gente foi trabalhar muito cedo...Treze ano eu já tava trabalhando na casa dos outro de empregada doméstica”.

No caso de algumas entrevistas, a necessidade econômica e de sobrevivência do grupo familiar tencionou a busca por um trabalho remunerado e o abandono da escola e em outras situações, a escolha por trabalhar significou uma prospecção rápida de um futuro com mais dignidade e expectativa de melhor rendimento financeiro.

Entrevistada 2: ...porque eu queria trabalhar, porque os pais também eram muito pobre, não tinham condições de dar as coisas que a gente queria, melhores né, vamos dizer assim, daí a gente se obriga a trabalhar pra ter as coisas da gente.

Entrevistada 5: Minha mãe trabalhou a vida inteira ... e ai eu acredito que ela incentivava a estudar mais pra não passar pelo aquilo ali né. Eu lembro até hoje quando foi pra ela tirar eu do colégio ela chorava, que eu sai direto daqui fui trabalhar em outra cidade de babá, imagina...

Silva (2013, p. 110) afirma que para as mulheres brancas e de classe média chegarem a autonomia, é necessário conseguir um trabalho remunerado, mas quando trata-se das “mulheres negras das classes mais pobres, a participação no mundo do trabalho é, em geral, precoce, precarizada e as inscreve, de partida, em patamares desvantajosos”. Além disso, a autora também obteve como resultado em sua pesquisa que, a pobreza se apresenta muito mais presente na população negra, no entanto, as mulheres e em especial as mulheres negras, tem uma forma diferente tanto de acesso aos rendimentos como de obtenção de um trabalho.

Das entrevistadas que pararam os estudos, seu caminho profissional foi direcionado para a ocupação de postos de trabalho precarizados e de baixa remuneração. Algumas relataram sentimento de arrependimento por não terem dado continuidade aos estudos.

Entrevistada 2: ...daí a gente no começo quer trabalhar, quer adquirir, casei, depois eu senti falta do estudo, em conversar com as pessoas, em escrever...

Entrevistada 3: Ai, eu queria ter estudado né, ter mais inteligência, saber falar melhor e tudo mais né.

Entrevistada 4: ... quem é pobre a gente pensa assim né, “ah, pagamento, vou deixar de estudar né, agora eu tenho dinheiro”, e que arrependimento.

Entrevistada 5: porque eu gostava muito de estudar né, eu sempre fui muito de ler, o meu hábito é a leitura no caso né e eu queria assim, ter estudado mais, eu queria ser professora, eu queria mas não deu né, a gente tinha que trabalhar.

A opressão e racismo na escola: vivências de escolarização de mulheres negras no sul catarinense

Durante o processo de escolarização as entrevistadas relatam ter sofrido em muitos momentos com apelidos pejorativos vindos dos colegas da escola. Sendo assim, a escola mostrou-se um cenário no qual sua negritude tornou-se motivo de piadas e comentários pejorativos, das lembranças trazidas nas entrevistas, o sofrimento fazia-se presente no dia-a-dia da escola.

Entrevistada 2: ...eles chamavo muito de nega, eles te provocavo muito, a gente ia embora até, vamo dizer brigando, porque a gente ia embora na estrada, eles iam inticando [...], quem não era amigo da pessoa, vivio rindo da gente né, pegando no pé, inticando, chamando de negro, macaco, essas coisa assim né.

Entrevistada 8: Eu tenho amigos desde o jardim, acho que a questão de indiferença, de sofrer bullying, de ter apelidinho, piadinha, rir do cabelo, eu acho que em todas as fases aconteceu.

Essas vivências escolares fazem parte da constituição da criança, visto que a escola configura um dos primeiros espaços de aprendizagem social. É também neste espaço que acontecem as primeiras vivências relacionadas a tensões raciais e econômicas. Por meio das experiências de discriminação e racismo vivenciadas no ambiente escolar, a criança negra pode desenvolver uma postura introvertida para “não ser vista”, ou então, incorporar o discurso opressor, reconhecendo a desqualificação como aspecto da identidade, interferindo no modo como ela vê a si mesma. Estas vivências podem estar relacionadas ao abandono escolar, visto que existe o apreço pelo estudo, porém o ambiente se coloca como amedrontador (MENEZES, 2003).

Um ponto que vale ser ressaltado, é que durante as entrevistas algumas mulheres relataram perceber um “racismo vindo do próprio negro”, conforme os relatos a seguir:

Entrevistada 4: Sabe, que eu acho assim, existe racismo sim, mas vem muito racismo também da parte negra. O negro tem... assim, eu acho né.

Entrevistada 5: ...eu acho que a gente se separava, eu acho que a gente se separava porque a gente já se sentia... porque assim ó, maior preconceito vem da gente né, porque se aquela lá veio arrumadinha, aquela não vamo chegar perto né. Eu acredito, eu acredito que o preconceito vem até da própria raça não é...

Inicialmente, de acordo com CFP – Conselho Federal de Psicologia (2017, p. 10), o racismo “Trata-se de uma estratégia de dominação que estrutura a nação e cada um de nós e é pautada na presunção de que existem raças superiores e inferiores”, desta forma, isso na verdade não é racismo, mas sim uma reação de defesa psíquica contra os enfrentamentos vividos na visão de branquitude, onde o negro é inferior.

Ribeiro (2018) afirma que não existe racismo reverso, que é importante se ater aos conceitos, pois como o racismo é um sistema de opressão, se deve considerar que para haver racismo é necessário haver relações de poder, negros não possuem poder institucional para serem racistas. Cabe lembrar que a história de opressão e violência que os excluí. Alguns fatos que se utilizam para atribuir eventos como racismo, são na verdade situações de preconceito. É muito importante identificar a origem de cada situação e opressão a qual se referem.

Não se pode confundir racismo com preconceito e má educação. É errado xingar alguém, mas para haver relação de poder, e a população negra não está no poder. Acreditar em racismo reverso é mais um modo de mascarar o racismo perverso com que vivemos. É

a mesma coisa que acreditar em unicórnios, com o diferencial de que se está causando mal e perpetuando a desigualdade. (RIBEIRO, 2018b, p. 43).

Gonçalves Filho (2004, p. 16) afirma que essa violência dos oprimidos é uma “resposta desajeitada, mas inadiável, contra o que não se pode aguentar mais e em favor do irresistível anseio sempre frustrado” (sic). Ou seja, é uma resposta às situações enfrentadas desde cedo, não só do indivíduo em si, mas de sua família, seu grupo ou um povo inteiro.

Além do preconceito explícito há também formas de preconceitos sutis, veladas, que parecem ser disfarçadas. Essas situações foram relatadas pelas entrevistadas em diversos momentos e situações da vida, desde o passado até atualmente.

Entrevistada 2: ainda é disfarçado, bastante, é porque hoje, se tu ter um preconceito, se tu demonstrar, as pessoas pode botar um processo ... é crime, isso ai mesmo. Então as pessoas disfarço que não tem preconceito, mas ainda tem e bastante, bastante mesmo.

Entrevistada 5: se tinha piolho é porque era preto, não podia ter, branco tinha piolho, mas os preto que levava o piolho pro colégio (risos), é verdade, até hoje é assim, até hoje, hoje não sei mas assim, até na criação dos meus filhos na creche, cansei de brigar porque eu limpava a cabeça da minha filha, ela pegava piolho na creche, reclamavam porque a fulana veio com piolho, mas eu limpava e tinha mãe ai que não limpava, eu sabia né

Estes relatos evidenciam o racismo institucional, que não se expressa em situações explícitas ou declaradas, mas sim atua de forma disfarçada no cotidiano de instituições e organizações. Pode ser definido como o fracasso coletivo das organizações e das instituições em promover um serviço adequado às pessoas em virtude da sua cor, raça ou etnia através de práticas discriminatórias no cotidiano das instituições (SILVA et. al., 2009).

Neste sentido, a Entrevistada 7 menciona ainda que, o fato de ser negra, pressupõe provar duplamente sua validação nos espaços sociais. ”o negro ele tem que tá sempre provando que ele é melhor, porque se ele se deixar a peteca cair, o pessoal vem e ó, monta em cima e eu sempre fui de me posicionar assim.” (Entrevistada 7).

Souza (1983, p. 53) menciona que “Ser negro é ter que ser o mais”. Visando o reconhecimento social, busca-se atingir o “padrão branco”, objetivo injustiçado, visto que em uma série de situações a pessoa negra precisa dispendir uma série de enfrentamentos para alcançar um mesmo objetivo que uma pessoa branca.

Em alguns momentos, esse preconceito era ainda mais explícito ou mais demonstrado. Algumas entrevistadas relatam que negros e brancos eram separados nos espaços sociais como bailes e refeitórios escolares na cidade em que viviam.

Entrevistada 1: Ser nego eles achavam que era doença né eu acho, eu acho que é, porque até hoje ainda é né, eles dizem que não, mas tem muito racismo ainda e como tem, a diferença é enorme.

Entrevistada 3: É que antigamente era muito separado né, o preto com branco... em tudo, até o baile né, tinha um clube, um lugar lá que era repartido uma corda, tinha uma corda no meio, o salão era aberto mas tinha uma corda que dum lado dançava os preto, do outro dançava os branco.

Entrevistada 5: Já tinha aquilo, acho que já vinha de casa com aquilo que ‘não se mistura, ó, não vai lá perto daquele lá, tu evita aquela turma lá, aquela turma do congo³, a negada, era a negada do congo né’, eu acho que já vinho preparada pra aquilo ali...

Segundo Santos (2017), a Constituição da República Federativa

3. Expressão popularmente utilizada na cidade pesquisada para denominar uma região de um dos bairros caracterizada na história da cidade como local onde habitavam muitos negros e que ficou conhecida assim pela associação ao país africano Congo.

do Brasil há trinta e um anos cria a Lei 7.716/88, já trata que racismo é crime imprescritível, inafiançável. Kabengele Munanga (1996) é um dos maiores especialistas na questão racial no Brasil e figura fundamental no debate nacional em defesa da implantação das cotas e ações afirmativas. De acordo com ele, o racismo brasileiro é o crime perfeito: “Além de matar de verdade, fisicamente, ele mata pelo silêncio: tanto a consciência das vítimas como a da sociedade como um todo, dos brancos e negros”. Munanga afirma que, o racismo não se resolve pelas leis, mas pela educação, que começa no lar e depois vai para as ruas, para a escola. Para conscientizar as pessoas é necessária uma educação que mostre que a diversidade é uma riqueza da humanidade. Somos o que somos porque somos diferentes.

Como relatam as entrevistadas o racismo ocorre em diversas situações e todas podem impedi-las de movimentos sociais já que causam sofrimento psíquico, sendo que estereótipos, preconceitos e discriminações são as principais formas de racismo (CFP, 2017). Em meio a tantos enfrentamentos, cada uma dessas mulheres acabou desenvolvendo sua forma de lidar com essas situações. Algumas delas relatam buscar uma invisibilidade, não ser reparada, outras usavam da agressividade para se defender e buscar seu espaço.

Entrevistada 1: só que quando eles chamavo de nego eu brigava, avançava, socava, que eu achava que não tinham que chamar

Entrevistada 2: Estudava, ia pro colégio, mas eu acho que a gente queria afinal não tá lá, eu vou dizer assim, porque eu sentava na última carteira, procurava a professora nem me ver pra não fazer pergunta... eu não sei se isso já era uma coisa da gente, assim ó, é como eu digo, antes a gente não tinha o memo conhecimento, a gente as vezes passava por aquilo e não tava entendendo que a gente tava sofrendo com aquilo ali, porque agora que eu mudei, mas assim ó, até depois que eu sai do colégio, eu sempre fui assim ó, se eu vou numa reunião, gostava de ficar por último, atrás, pra os outro nem

fazer pergunta pra mim, pra não precisar nem falar na frente dos outros, afinal é um modo de se esconder né.

Entrevistada 3: sempre chamava de nego, tinha que sempre briga por isso, batia né, a gente não brigava, a gente batia (risos)... a gente quase não falava porque a gente já tinha medo assim, por ser preta né.

A busca pela invisibilidade, como no relato acima da entrevistada 2, parece ter iniciado de maneira mais contundente na escola. Portanto, a escola pode ser palco de respeito e valorização às identidades diversas, ou reproduzir opressões de um sistema macro. Para Gonzalez-Rey (2005, p. 203)

[...] na subjetividade social da escola, além dos elementos de sentido da natureza integrativa gerados no espaço escolar se integram à constituição subjetiva deste espaço elementos de sentido procedentes de outras regiões da subjetividade social, como podem ser elementos de gênero de posição socioeconômica, de raça, costumes, famílias, etc., que se integram como elementos imediatos dos processos sociais atuais da escola.

A escola como espaço de constituição subjetiva e seu inerente processo de escolarização, situa-se como lócus de opressão, mas também, num movimento dialético, o local de tensões e rupturas onde encontram-se possibilidade de transformação.

A educação como via de transformação social para as mulheres negras

Muitas das entrevistadas eram incentivadas a estudar, o que normalmente ocorria por outras mulheres. As entrevistadas 1, 2, 3 e 7 trouxeram a mãe como principal figura incentivadora. *”A mãe mesmo sempre incentivou nós a estudar, ela queria que nós fosse alguma*

coisa na vida, ela achava que a gente devia continuar” (Entrevistada 1). Para estas entrevistadas, suas mães eram a responsáveis pela criação dos filhos, pela chefia da casa, tiveram uma vida dura e com o anseio de que a vida das filhas fosse diferente da delas, incentivavam a continuidade dos estudos e aumento do nível de escolarização das filhas.

Ramos (2017) nos apresenta um mundo onde a representatividade fortalece e possibilita ao indivíduo perceber quem está ao seu redor e o lugar em que ele é aceito e compreendido como integrante real, para avanços e conquistas por uma educação menos racista e aberta ao outro, à diversidade e inclusiva, precisamos reconhecer que há muito que ser feito como aponta o próprio autor.

Se não existirem referências da cultura negra, ou se todas elas forem negativas ou por demais insignificantes, isso não impactará diretamente em nossa capacidade de sonhar, de nos sentirmos possíveis, de nos identificarmos com alguém? (RAMOS, 2017, p. 78).

A presença personagens negros que não estejam estereotipados na literatura infantil é uma demanda em curso, bem como a presença de personalidades negras presentes em nossa história, desenhos e heróis em que a figura do negro apareça positivamente também.

Os desafios de ascender socialmente e se inserir em outra realidade sendo uma exceção. Os olhares de soslaio. Os subtextos que se percebem nas entrelinhas. Os medos e as sutilezas do preconceito. A solidão. Será que consigo vencê-los? E será que consigo vencê-los suprimindo também o desejo de exercer minha profissão com liberdade e criatividade? (RAMOS, 2017, p. 60).

As tias também apareceram como figuras importantes como o relato da entrevistada 6:

Entrevistada 6: Dos pais, das minhas tias, sempre ‘vai estudar, vai

estudar’, pegavam bastante no pé, fazia redação, fazia tabuada, sempre tinha uma aula de reforço em casa então, a prioridade sempre era o estudo, se não estudasse, não fizesse tarefa, não brincava. Era assim o negócio.

Além do incentivo em casa, a escola e os professores foram retratados como tendo um papel relevante no sentido de fomentar as discussões sobre raça e diversidade, trazendo as discussões em aulas e projetos interdisciplinares. Estas mulheres percebem esta ação como uma forma de gerar a mudança na sociedade.

Entrevistada 4: Até agora, nós tamo na aula de história, ele fala bastante sobre isso, como era o racismo né, bastante. É discutido bastante como o negro é excluído na verdade né, é bem excluído.

Entrevistada 5: ...eu acredito que quem puxa mais isso aí é os professores negros, que tão procurando mais, como é que eu vou dizer, botar isso na escola. Tipo, eu falei com uma colega da associação, ela disse que um dia foi fazer o dia da raça negra, ela foi e pediu pros aluno fazer um cartaz falando sobre a raça negra, os professores ficaram meio assim né, mas como ela era negra ela pediu o que ela achou que devia, ela disse que deu um trabalho pra ela conseguir botar um cartaz daquilo ali. Então acho que agora sim que tem bastante professor negro, que eles tão tentando trazer pra sala de aula isso aí.

Entrevistada 7: ... eu fazia né, todo ano um projeto do 20 de novembro né, na escola, teve o ano passado mesmo a gente fez um projeto, assim, eu nunca tive uma abertura muito grande, tipo ‘tu faz, mas tu faz sozinha’, ninguém me ajudava, eu tinha que me dar conta sozinha. E o ano passado a gente conseguiu fazer um projeto bem legal, bem grande, que a gente abrangeu a escola inteira, então a gente fez nos três turnos, apresentações, fizemos várias coisas pra lembrar o dia 20 de novembro. E com aquilo ali assim, eu vi que os alunos, eles deram uma despertada assim que eles tem que lutar pela causa negra também né.

As mudanças institucionais se situam por meio de ações que problematizem as opressões naturalizadas. Ao observar o relato da entre-

vistada 5, quando percebe que os professores negros e negras trazem fortemente as discussões sobre o racismo e o papel social de negros e negras, evidencia-se a ideia do sujeito que é constituído, mas também é constituinte por sua ação no espaço social (GONZALEZ-REY, 2005). Mesmo os professores negros tendo um destaque neste âmbito, Bento (2003b) afirma que não só negros devem estar nesse movimento, mas também brancos que buscam a ruptura com o racismo, já que poderiam oferecer um modelo para outras pessoas brancas de uma nova maneira de entender a própria branquitude.

A maioria das entrevistadas também demonstra que o ato de estudar tem muita importância em sua vida, que proporcionou e proporciona uma série de benefícios, dentre eles a possibilidade de ocupar postos de maior qualificação e remuneração no mercado de trabalho.

Entrevistada 1: eu acho que de bom pode trazer muita coisa, que a gente as vezes é meia relaxado, mas que a escola a gente nunca devia deixar de ver, continuar, pra ser alguma coisa na vida, não devia parar.

Entrevistada 4: ... até em casos assim de emprego né, que tu batalhar, eu penso assim, o trabalho doméstico, eu adoro trabalhar na casa que eu trabalho, mas porque que eu não posso tentar outra coisa? Porque que eu não posso estudar e tentar fazer o que eu quero né?

Nessa perspectiva de que o estudo engrandece, abre possibilidades, dá destaque e crescimento as pessoas, muitas entrevistadas percebem que o estudo está muito ligado ao crescimento social da raça negra.

Entrevistada 7: a educação, a escolarização ela é libertadora, pra começar a tua liberdade né, porque a gente só realmente se sente livre quando a gente sabe que tu tens condições de tocar a tua vida, de seguir o teu curso de vida, independente de qualquer coisa né, independente de cor, de sexo, de tudo assim, então a educação ela te liberta, ela te abre, então assim, se eu tenho a minha formação...

ninguém pode tirar de mim, eles pode, ah mas, tu pode ser negra, tu pode ser pobre, mas se tu tá formada ninguém tira.

Entrevistada 8: De fato, é a única maneira que o pobre, o rico, o branco, o negro, mestiço, vai conseguir se igualar, ficar no mesmo pedestal, é só através do estudo, não tem outro caminho, é só mesmo estudando, não tem outra saída... acho que tudo que tu adquire através do estudo, no pessoal assim, te engrandece, te deixa mais feliz né. E no social né, como eu falei anteriormente, acho que é o único meio pra conseguir mudar, mudar as diferenças, mudar essas rotulagens, é só estudando, só pela educação.

Angela Davis (2016), ao fazer uma releitura sobre a luta de mulheres negras nos Estados Unidos, remonta que para os negros inicialmente a emancipação se dava com a “chegada do senhor” e que, aos poucos, foi-se compreendendo que a educação da qual foram privados durante muitos anos seria a sua principal via de libertação. Para a ideologia dominante, o povo negro era visto como incapaz de desenvolver sua intelectualidade; e apesar das proibições, sempre tiveram o desejo de adquirir conhecimento. A autora ainda contextualiza que os negros que conseguiram acessar a educação, associaram o seu conhecimento adquirido às lutas de negros e negras de conquista pela liberdade. Neste sentido, a entrevistada 7 entende que estudar pode ser uma das atitudes importantes associadas à luta de mulheres negras.

Entrevistada 7: o que que é tu lutar pela causa negra, é tu estudar, tu te formar, é tu ter uma profissão e tu te mostrar pra sociedade, saber que tu pode, tu pode ser né, tu pode ser um advogado, um médico, um professor, um dentista, que tu pode ser e hoje em dia tá tão mais fácil

Por ocuparem historicamente um espaço social de subalternização, em que suas vozes não são valorizadas (SPIVAK, 2010), sendo percebidas como força de trabalho braçal ou objeto de satisfação sexual,

as mulheres, quando conquistam compreendem criticamente a estrutura de segmentação racial que as cerca, sentem-se mais seguras para ocuparem espaços de protagonismo.

Entrevistada 2: se for pra ir num lugar falar, hoje eu falo, não gosto de falar em microfone e coisa, porque a minha voz não ajuda também né e eu falo muita palavra errada. Mas hoje, nesse ponto de vista assim, eu já não tenho mais, não tenho mesmo.

De acordo com este relato, percebe-se que o medo vai perdendo espaço à medida que esta mulher teve a oportunidade de concluir o ensino médio e fazer parte de um movimento social negro em sua cidade, que fomenta discussões sobre participação social de negros e negras. Outras entrevistadas também mencionaram que estudar ofereceu subsídios para que sentissem mais segurança de se colocarem socialmente em lugares de maior visibilidade, apropriadas de sua identidade negra.

Considerações Finais

Com o intuito de conhecer os sentidos subjetivos atribuídos ao processo de escolarização por mulheres negras no sul catarinense, no decorrer desta pesquisa ficou evidenciado que os atos de estar na escola e dar continuidade aos estudos foram marcados por uma série de preconceitos e enfrentamentos.

Cabe mencionar que a articulação das categorias gênero e raça tornam-se fundamentais para compreensão do objeto que este estudo se propôs e que classe social apareceu como um outro forte marcador, mesmo não sendo um dos critérios de escolha para as participantes desta pesquisa.

Como se pode perceber, as experiências apontam para episódios,

onde as mulheres negras entrevistadas foram alvo na escola de piadas e comentários pejorativos e preconceituosos, em algum momento muitas tiveram que escolher entre trabalhar ou estudar e convivem até hoje com preconceitos no mercado de trabalho e sociedade. Ainda assim, observou-se ao longo das entrevistas que estas mesmas mulheres colocam o estudo em uma posição de magnitude. Para elas estudar é a possibilidade de “ser alguma coisa na vida” – expressão utilizada por algumas delas.

Os relatos trazidos configuraram destaque nesta pesquisa, pois vêm ao encontro de oportunizar protagonismo às mulheres negras de uma região do país em que representam minoria populacional. Seus sentidos subjetivos sintetizam um cenário cultural e social macro no qual, ao mesmo tempo que a escola configurou espaço de vivências de racismo, foi por meio da escolarização que as possibilidades de implicar práticas que rompam com a lógica instituída, surgiram.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia González**. Mestrado em História (Dissertação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 128 p. 2005.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs). *Psicologia social do racismo*, 2 ed. Petrópolis: Vozes. 2003, p. 147-162.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs). *Psicologia social do racismo*, 2 ed. Petrópolis: Vozes. 2003, p. 25-58.

CARNEIRO, Aparecida Suelaine. *Mulheres e educação: gênero, raça e identidades*. Tese (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba. 181 p., 2015.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os*. Brasília: CFP, 2017. 147 p. Disponível em: site.cfp.org.br. Acesso em: 28 out. 2018.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves. Ações afirmativas na educação superior: mulheres negras cotistas e mobilidade social. *Revista Pedagógica*, v. 15, n. 30, p. 297-314, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171, jan. 2002. ISSN 1806-9584. Disponível em: periodicos.ufsc.br. Acesso em: 29 abr. 2018.

CRISOSTOMO, Maria Aparecida dos Santos; REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 15, n. 2, p. 93-106, July 2010. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 04 abr. 2018.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko; TEIXEIRA, Filomena. Doutorado Sanduíche: outras possibilidades de olhar a relação educação escolar, negritude e narrativas midiáticas. *Quaestio*, Sorocaba, SP, v. 17, n. 1, p. 121-139, maio 2015.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONÇALVES FILHO, J. M. (2004). A invisibilidade pública (prefácio). In DA COSTA, F. B. *Homens invisíveis – relatos de uma humilhação social* (p. 1-27). São Paulo: Globo, 2004.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. Thomson Learning Editores, 2002.

_____. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São

Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HENRIQUES, Cibele da Silva. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, RJ, nº 37, p. 153-172, Jan. a Abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema de Recuperação automática – SIDRA. Disponível em: sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 28 out. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em 25 abr. 2018.

JONES, Claudia. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra!. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1001-1016, Dec. 2017. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 22 out. de 2018.

KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: schwarzemilch.files.wordpress.com. Acesso em: 08 dez. 2018.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Letras Contemporâneas, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

MENEZES, Waléria. *O preconceito racial e suas repercussões na instituição escola*. Cadernos de estudos sociais, v. 19, n. 1, 2003. Disponível em: periodicos.fundaj.gov.br. Acesso em: 08 dez. 2018.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 14, p. 13-44, jun. 2000. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br. Acesso em: 30 mar. 2018.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. Editora Ática, 1996. Universidade do Texas.

PEREIRA, Edilene Machado. Marias que venceram na vida: uma análise da

ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador, BA. *Revista África e Africanidades*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, fev. 2010. Disponível em: tede2.pucsp.br. Acesso em: 19 mai. 2018.

- RAMOS, Lázaro. *Na minha pele*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte – MG: Letramento: Justificando, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras: 2018.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras de Bertioga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: periodicos.ufsc.br. Acesso em: 30 mar. 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *Direitos humanos e as práticas de racismo*. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.
- SANTOS, Jorge Christiano. *Crimes de Preconceito e de Discriminação*. Editora Saraiva, 2017.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.
- SILVA, J. et al. A promoção a igualdade racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional. In: JACCOUD, L. (Org.). *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos vinte anos*. Brasília: Ipea, 2009. p. 147-70.
- SILVA, Marcos Antonio Batista da. Relatos de uma mulher negra na pós-graduação: Trajetória educacional. *Itinerarius Reflectionis*, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 1- 19, mar. 2017. ISSN 1807-9342. Disponível em: www.revistas.ufg.br. Acesso em: 04 abr. 2018.
- SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. *Dossiê Mulheres Negras*, p. 109, 2013.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro, ou, as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFGM, 2010.

Resumo:

Esta pesquisa buscou conhecer os sentidos subjetivos atribuídos ao processo de escolarização por mulheres negras no sul catarinense. Em meio a questões étnico-raciais e de gênero, a busca pela igualdade surge como temática, sobretudo em espaços educativos, como escolas e universidades. Trata-se de uma pesquisa de campo, qualitativa de cunho exploratório. Nesta pesquisa foram entrevistadas dez mulheres negras de uma associação relacionada ao movimento negro da cidade pesquisada. Dentre os pontos discutidos na análise, destaca-se que, as entrevistadas relataram ter vivenciado o preconceito na escola e na comunidade, além de dificuldades em dar continuidade aos estudos por conta da baixa renda familiar. Ao mesmo tempo, apontaram a importância da escolarização em suas histórias de vidas, sobretudo, como via de ascensão social.

Palavras-chave: Gender; Race; Education.

Abstract:

This research sought to know the subjective meanings attributed to the schooling process by black women in southern Santa Catarina. Among ethnic-racial and gender issues, the search for equality emerges as thematic, especially in educational spaces such as schools and universities. It is a field research, qualitative of exploratory nature. In this research were interviewed ten black women of an association related to the black movement of the city researched. As a result, the interviewees reported experiencing prejudice at school and in the community, as well as difficulties in continuing their studies due to low family income. At the same time, they pointed out the importance of schooling in their life histories, above all, as a way of social ascension.

Keywords: Gênero; Raça; Educação.

Recebido para publicação em 30/04/2019.

Aceito em 16/08/2019.